



Três vivas ao processo de globalização: crescimento, pobreza e desigualdade em escala mundial (II)

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA*

Segunda parte

2. A anti-globalização e os seus descontentes: em busca de coerência

Antes de continuar a apresentação dos estudos do professor Sala-i-Martin, abro um parêntese para tratar rapidamente das atitudes dos que são contrários à globalização, aproveitando-me de conhecido artigo do professor — e colega de Sala-i-Martin na Columbia — Jagdish Bhagwati (“Coping with antiglobalization: a trilogy of discontents”, *Foreign Affairs*, vol. 81, nº 1, jan.-fev. 2002, pp. 2-7), no qual ele distingue três tipos de opositores: (i) aqueles que são contra o capitalismo; (ii) os que são contra o processo de globalização; e (iii) os que são contra o comportamento das empresas, de modo geral. Contra os primeiros, não há muito o que se possa fazer, a não ser indicar a história. Como lembra Bhagwati, o capitalismo venceu seus piores inimigos no século XX, o fascismo, o comunismo e o socialismo, e essa falta de alternativas deixa os anti-capitalistas nervosos (talvez raivosos, fosse um termo melhor), ao que eu acrescentaria de modo direto: talvez não haja mesmo nada a ser feito em relação a essa nostalgia de tempos revolucionários, a não ser, segundo o estado de nervos do interessado, banho morno e caldo de galinha.

O segundo grupo não é formado de velhos anti-capitalistas, mas de novos anti-globalizadores, que acham que o

mercado não vai resolver os problemas de justiça social. Pode até ser, indica o prof. Bhagwati, mas eles não disseram ainda qual seria o modo alternativo de alocação de renda e riqueza. As velhas receitas socialistas e estatistas não produziram resultados brilhantes mundo afora. Estaria faltando a estes jovens, segundo o professor, conhecimento histórico e um pouco de economia elementar (o que eu poderia chamar de manual básico de economia do tipo do Samuelson, que nos meus tempos de faculdade era obrigatório nos cursos de ciências sociais). O que faz o sucesso dos anti-globalizadores é uma aliança ocasional entre jovens agitadores (o que é absolutamente normal nos centros universitários), lobbies convencionais (como sindicatos, agricultores subsidiados) e novos grupos de pressão como os ecologistas e os cruzados dos direitos humanos (com todo respeito pelas suas causas). Ser contra, ensina o professor, é a pior política que pode existir, pois falta razão e conhecimento aos agitadores simplesmente contrários, na ausência de propostas concretas e de um raciocínio claro quanto aos custos alternativos. O que se pretende seria uma outra globalização?: muito bem, responde o professor, sejam bem vindos ao mundo real, mas digam por favor como vão fazer (e aqui entra o terceiro grupo) para criar empresas que não “explorem o povo” e que funcionem de acordo com o mundo ideal desejado pelos anti-globalizadores.



Eu apenas acrescentaria, do ponto de vista do Brasil, um elemento de política econômica: o que a globalização mais faz, em todo mundo, é deslocar investimentos de um lugar a outro, criando empregos em regiões de menor custo relativo do trabalho, que é manifestamente o caso do Brasil, em comparação com zonas de mais altos salários na América do Norte e Europa. Por isso não consigo entender essa incorporação, pelos grupos brasileiros, de teses defendidas pelos seus contrapartes (?) do Norte, cujo único objetivo (compreensivelmente) é o de segurar empregos e subsídios em suas regiões de origem, impedindo o deslocamento de investimentos e empregos para os países do Sul.

De forma geral, porém, o movimento anti-globalizador no Brasil peca por falta de coerência. Tendo começado como uma derivação muito pouco inspirada de uma idéia importada, e dela conservando até o nome bizarro e obscuro para a maior parte de seus jovens aderentes nacionais — se algum universitário, professor ou estudante, conseguir me explicar porque foi retido o absurdo acrônimo da ATTAC, e o que efetivamente isso representa como consequência prática para o Brasil, ganha um livro de algum prêmio Nobel de economia —, os agrupamentos heteróclitos que fazem sua força mais visível combatem, ao mesmo tempo, os OGMs, a continuidade de negociações comerciais que poderiam abrir mercados para os produtos brasileiros e a responsabilidade econômica e fiscal na gestão pública, ao mesmo tempo em que defendem agricultores pesadamente subvencionados, sindicatos do Norte que querem impedir a transferência de emprego e grupos ou pessoas que não se caracterizam exatamente pelo respeito aos direitos humanos. Um pouco de

coerência não faria mal a esse bando de descontentes do capitalismo.

3. O que era preciso demonstrar: o economista como profeta

Voltemos agora para os efeitos supostamente distorcivos da globalização, mas abordando a questão pelo lado das tendências alegadamente concentradoras da economia mundial, nas duas últimas décadas, em termos de renda e riqueza. Vou utilizar-me para isso de um estudo efetuado pelo professor Xavier Sala-i-Martin, “The disturbing ‘rise’ of global income inequality” (National Bureau of Economic Research, disponível no link: www.nber.org/w8904), e de apresentação efetuada por ele em 21 de fevereiro de 2003 no American Enterprise Institute, de Washington, a que assisti.

O que ele “descobriu”, basicamente, depois de ingentes pesquisas e refinadas simulações econométricas, é que ocorreu uma redução geral das desigualdades de renda entre 1980 e 1998 e que a maior parte das disparidades globais são encontradas entre os países, não dentro dos países. Tendo estabelecido funções para a distribuição mundial de renda, ele constatou que, se em 1970 o mundo apresentava uma larga fração da população num renda modal próxima da linha de pobreza — isto é, subsistência à razão de um dólar por dia —, essa fração começou a definir e o mundo hoje se encaminha para uma “larga classe média”, em suas palavras. Tanto as taxas de pobreza quanto o número de pobres decresceram dramaticamente: o critério de um dólar por dia caiu de 20% em 1970 para apenas 5% em 1998 da população mundial, enquanto que pelo critério de dois dólares por dia a taxa reduziu-se de 44% a 8%. Em termos de “volume” humano, isso representou



uma subtração de aproximadamente 400 milhões de pessoas ao “estoque mundial” de pobres entre aqueles dois anos. Ou seja, o “dramático e perturbador” aumento da pobreza e nas desigualdades no período recente da globalização simplesmente não ocorreu, ao contrário do que afirmam os anti-globalizadores e mesmo entidades aparentemente sérias e respeitáveis como o PNUD.

A desigualdade que pode também ter crescido em alguns países — seria o caso dos EUA, por exemplo — não foi suficiente para reduzir o movimento global no sentido da redução das desigualdades entre os países. O principal fator dessa diminuição foi representado, mas não totalmente, pelo rápido crescimento da renda de 1,2 bilhões de cidadãos chineses. Apenas um problema nesse quadro global: a situação da África, cujo itinerário social foi catastrófico nas duas últimas décadas. Se o continente africano não voltar a crescer nos próximos anos, a tendência à convergência se altera: a China, a Índia, os países da OCDE e os demais emergentes de renda média vão divergir das tendências africanas e a desigualdade na distribuição de renda, computada globalmente, voltará a crescer rapidamente. De fato, a África era o único quadro destoante no conjunto dos gráficos de regressão apresentados pelo professor no AEI de Washington: não um “dromedário”, como nos demais casos, mas uma espécie de “camelo”, que se deslocou para a esquerda em 1998, com mais pessoas abaixo da linha de pobreza do que em 1970, e uma corcova suplementar mais à direita, correspondendo aos seus ricos “enriquecidos”.

Não pretendo resumir aqui a metodologia e os números dos estudos

do professor Sala-i-Martin — que utilizou dados agregados de PIB dos países e de frações de renda individual nos países, para estimar o nível de renda dos indivíduos (não dos países) do mundo, extraiu desses dados a distribuição de renda no mundo e estimou a desigualdade mediante sete diferentes indicadores: coeficiente de Gini, índices de Atkinson e de Theil, entre outros —, mas desejo sublinhar novamente suas conclusões. Ele não encontrou nenhum aumento dramático ou perturbador na desigualdade distributiva, como deixaram entender trabalhos e informes de organismos internacionais — entre eles o já citado PNUD, em seu *Relatório do Desenvolvimento Humano* —, mas ao contrário, uma diminuição sensível nas disparidades de distribuição global de renda nas últimas duas décadas, o que manifestou-se sobretudo na redução da distância entre grandes países pobres (como China e Índia) e os demais. Uma de suas descobertas mais importantes refere-se a que a maior parte da desigualdade distributiva existente é explicada pelas diferenças de renda per capita entre os países, antes que pelas diferenças dentro dos países. Se as desigualdades dentro dos países cessassem miraculosamente, cerca de 70% das desigualdades no mundo seriam mantidas, o que recomenda, portanto, uma estratégia de aumento da taxa de crescimento econômico nos países pobres, em especial na África, onde estão 95% dos pobres do mundo. De modo geral, os índices de pobreza experimentaram, sob qualquer critério, um declínio persistente: caíram três vezes, trazendo o número de pobres de 20%, em 1970, para apenas 6% da população mundial.

Em termos desagregados, as evidências são interessantes do ponto de vista das regiões e países. O exemplo mais



ilustrativo da tendência global por ele revelada é obviamente o da Ásia, onde os índices de pobreza caíram de forma espetacular. A China e a Índia, ainda socialistas nos anos 1970, foram os países que mais progrediram do ponto de vista da diminuição da pobreza e da convergência em relação aos indicadores de países mais avançados. Nos EUA, por sua vez, simplesmente inexistem aquelas faixas de renda correspondendo a pessoas que vivem com 1 ou 2 dólares por dia, que constituem as medidas padrões utilizadas pelos organismos internacionais para medir a pobreza. A Indonésia representou a mais dramática mudança na história econômica da humanidade, com redução sensível da pobreza e da desigualdade, mesmo a despeito da crise financeira de 1998, quando o PIB foi reduzido em mais de 15%. A América Latina não foi uma região particularmente feliz em termos de diminuição do número de pobres, embora tivesse conhecido, igualmente, uma certa redução da pobreza, mas em décadas anteriores. No Brasil, os progressos efetuados nos anos 1970 foram freados nos anos 1980 e, nos anos 1990, com exceção de alguns anos, os ricos melhoraram mais do que os pobres.

Os casos de aumento absoluto da pobreza e dos níveis de desigualdade ocorreram nos países africanos, ao passo que nos ex-países socialistas, que sofreram verdadeiro colapso econômico nos anos 1990, aumentou muito a desigualdade, sem que a pobreza, porém, tivesse se expandido de forma brutal. No continente africano, a Nigéria, o exato oposto da Indonésia, é o caso mais dramático de aumento simultâneo da pobreza e das desigualdades, muito embora os seus ricos — que caberia identificar em termos de *rent-seeking* associado à economia petrolífera — tenham conseguido obter ganhos sensíveis durante o período, dada, provavelmente, a elevada corrupção ali existente (a curva africana, diferente das demais, traz o pico de riqueza do “camelo”, à direita da figura). Terminemos esta breve exposição das “descobertas” do economista catalão em relação aos resultados da globalização pela sigla clássica que se encontra ao final dos axiomas matemáticos: QED, ou *quod erat demonstrandum* (eis o que era preciso demonstrar).

continua..



* **PAULO ROBERTO DE ALMEIDA** é Doutor em Ciências Sociais, diplomata, autor de vários trabalhos sobre relações internacionais e política externa do Brasil.